

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA**

**SESSÃO REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2023**

**ATA NÚMERO VINTE E TRÊS**

10 Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e onze minutos, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Moraes e Sousa e a 2ª Secretária, Dália Miranda Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alcino de Sousa Lopes, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos  
20 Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Serafim Silva Teixeira, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins,  
25 Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. -----

Faltaram os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira; Alexandra Mónica Soares Amaro, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal José  
30 Carlos Soares; Carlos Alberto Pinto Ribeiro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel de Oliveira; Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Leite Soares; Joaquim César Ramos Rodrigues, que justificou a falta; Manuel Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal Mário Vicente Reis; Tiago Filipe da Costa Braga, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento  
35 disponível, João Pedro Ferreira Martins; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, que justificou a falta; Rui de Brito

5 e Cunha Leite de Castro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e  
10 os Senhores(as) Vereadores(as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes e José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar. -----

15

**Ponto 1 - Público.**-----

**Senhor André Pereira (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso)** na sua intervenção, disse que há cerca de pouco mais de um ano tinha enviado aquela Assembleia, assim como para a Câmara Municipal,  
20 informação com os nomes dos sócios fundadores da instituição “Grupo dramático e beneficente de Vilar de Paraíso”, hoje presencialmente e por mero formalismo, faz a entrega presencial e solicita à Mesa da Assembleia o favor de fazer chegar à Câmara Municipal esta informação. Para terminar, pretendia um esclarecimento onde é que agora pode depositar a informação que é dirigida à comunicação social? -----

**Senhora Maria Idália Sousa (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso)** na sua intervenção focou  
25 o problema da necessidade de habitação/arrendamento, pois quando o marido faleceu, mudou de Gaia para o Porto, porque não se sentia bem. Arranjou uma casa na Rua Sá da Bandeira, sendo que em março o senhorio propôs-lhe novo contrato, que não tinha condições para pagar. Já colocou a mesma situação em Reunião de Câmara Municipal bem como com às Assistentes Sociais.-----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, em Exercício, Patrocínio Azevedo,** deu os devidos esclarecimentos  
30 aos senhores munícipes. Relativamente senhor André Pereira, solicitou que fizesse chegar o documento para que pudesse analisar melhor. Quanto à senhora Maria Idália respondeu que o senhor Presidente da Câmara poderia não ter respondido aos e-mails, mas respondeu mais de 15 vezes nas reuniões de Câmara ao longo daquele ciclo autárquico. A equipa técnica da ação social também já tinha falado com a queixosa várias vezes, sendo o dossier muito conhecido. Comprometeu-se a falar novamente com a equipa técnica, para tentar  
35 perceber melhor o ponto de situação e todo o percurso daquele processo. Acrescentou que não considerava justo nem correto o que acabava de ouvir. -----

5

**Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a **Ata nº 19 de 24 de novembro de 2022.**-----

10 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Carlos Soares, Eduardo Barroco de Melo, Filinto Virgílio Lima, Filipe da Silva Lopes, Mário Vicente Reis, Maria de Fátima Figueiredo, Rui Pedro Teixeira, José Fernando Almeida, Jorge Manuel Pereira, Gonçalo Sousa Pinto.**-----

O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a **Ata nº 20 de 07 de dezembro de 2022.**-----

15 **Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Carlos Soares, Carla Isabel Cáceres, Joaquim César Rodrigues, Mário Vicente Reis, Mónica Alexandra Almeida, Vítor da Silva Canastro, José Fernando Almeida.**  
-----

20 O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a **Ata nº 21 de 15 de dezembro 2022.**-----

**Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Carlos Soares, Carlos Pinto Vergueiro, Filipe da Silva Lopes, Jaime da Silva Quintas, Mário Vicente Reis, Maria de Fátima Figueiredo, Mónica Alexandra Almeida, Carla Maria Costa, Ivone Sá Santos, José Fernando Almeida.**-----

25

**Ponto 3 - Período de “Antes da Ordem do Dia**-----

**Senhora Deputada Mónica Almeida (PS)** apresentou, um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “Pelas vítimas na Turquia e na Síria que, a ser aprovado, se deveria respeitar um minuto de silêncio”,  
30 conforme documento em anexo (Vide anexo nº 1).-----

**Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** apresentou um Voto de Pesar, “Pelo falecimento de Manuel Gil Marques de Sá Gomes”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

5 **Senhora Deputada Andreia Teixeira (PS)** apresentou, um Voto de Congratulação, “Pela recente Constituição de um Gabinete em Bruxelas, da Área Metropolitana do Porto”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3).-----

**Senhor Deputado João Emanuel Martins (BE)** apresentou uma Proposta de “Criação de Comissão eventual de Acompanhamento das Obras Estruturantes no Concelho de Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4).-----  
10

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** apresentou um Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do IL, “Gravação e Colocação à Disposição do Público das Sessões Municipais da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5).-----

**Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra aos senhores Deputados para questões relativamente às intervenções antecedentes.-----  
15

**Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE)** referindo a Proposta do IL disse não estarem completamente concordantes, mais por dúvidas do que propriamente estarem contra, em relação à argumentação do texto. Referiu, serem completamente a favor do interesse e da importância, já uma vez ali perguntaram porque é que se não fazia a gravação e o seu conteúdo ser colocado eventualmente no site da Câmara Municipal. A única questão fundamental que no Parecer é discutido sobretudo a questão da proteção de dados, na Assembleia estava resolvida. O senhor Presidente da Câmara deu ainda outro argumento, o facto de que se ficassem disponíveis em plataformas ou em redes tipo YouTube, podiam fazer determinado tipo de manipulações que não abonavam favoravelmente para a democracia. Referiu, estarem de acordo com isso, não se podia permitir tudo na democracia. Disse ao terminar, que o Grupo Municipal do BE iria votar a favor, naquele espírito, fundamentalmente de reforçar a importância de voltarmos a ter transmissão online e a gravação das sessões.-----  
20  
25

**O Senhor Presidente da Mesa** solicitou a quem estava a fazer gravação com o telemóvel, que parassem, pois, os jornalistas na sala podem fazê-lo, porque pediram autorização antes, mas sem autorização não.-----

**Senhor Deputado Pedro Ribeiro (PAN)** disse que relativamente à Proposta do Grupo Municipal do IL, era uma fundamentação essencialmente jurídica, que por princípio, era a favor, como já se expressou algumas vezes nas reuniões de líderes pela transmissão e/ou a gravação e depois a publicação no sítio da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal. Contudo, tinha algumas dúvidas, uma vez que a recomendação é essencialmente fundamentada juridicamente, e juridicamente, tem muitas dúvidas, não pela fundamentação em si, mas pela vigência, dado ser uma norma extraordinária temporária, tinha dúvidas na sua interpretação jurídica e na sua imperatividade, não da norma em si, mas da Lei. Disse, ser a favor da gravação pelo que votaria favoravelmente.-----  
30  
35

5 **Senhora Deputada Paula Baptista (CDU)** disse que o Grupo Municipal da CDU não iria acompanhar a  
Recomendação das gravações, não acompanhavam todo o texto, e se a própria recomendação era garantir  
o cabal cumprimento da Lei em vigor, o senhor Deputado do PAN, de forma muito clara já fez o  
enquadramento legal. Sobre a proposta do Bloco de Esquerda, em relação às obras, as assembleias  
10 municipais tinham um conjunto de instrumentos para dar resposta às questões, que enquanto Deputados  
têm direito a colocar, nomeadamente, as perguntas, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, os  
requerimentos e ainda o pedido de assembleias extraordinárias para a esse assunto. Não eram contra as  
comissões, pontualmente, por exemplo, para a discussão do Plano Diretor Municipal poderia ser criada uma  
comissão de acompanhamento do plano diretor municipal. Relativamente à Proposta do BE, considerava que  
15 não esgotaram, ou não usaram nenhum dos instrumentos que têm à disposição para discutir ali os projetos  
e as obras. Não se iriam sobrepor aos técnicos das empresas que tomaram conta das obras, não discutiriam  
timings, colocariam um conjunto de questões sobre determinadas obras para que fossem devidamente  
esclarecidas pela parte do executivo. Faria sentido então a proposta de uma comissão, se não houvesse  
resposta do executivo, portanto, também não irão acompanhar a proposta. -----

20 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse que o Grupo Municipal do PSD gostaria de votar  
favoravelmente a Recomendação do Grupo Municipal do IL, estavam de acordo com a transmissão das  
reuniões, mas a proposta, do ponto de vista do PSD, tinha alguma falta de rigor e, portanto, isso dificultava  
o voto favorável. Tanto quanto se sabia, a elaboração das atas era feita também com o apoio da gravação  
das próprias reuniões, o Grupo Municipal do PSD se iria abster.

25 **Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** disse que falar no fim tem vantagens e desvantagens, naquele caso  
concreto, já quase tudo tinha sido dito. Só complementando a intervenção o senhor Deputado do PAN sobre  
a lei que está em vigor, o enquadramento era muito claro e, dado que até a consulta jurídica que tinham e  
que estava na posse dos senhores deputados, não era obrigatória a transmissão, estavam perfeitamente  
seguros e tranquilos com as decisões que eram tomadas na assembleia e nesse sentido, não iriam  
acompanhar a proposta do IL. Relativamente à proposta do BE, a intervenção da senhora deputada Paula  
30 Batista, tinha reforçado muito do que pensavam sobre o assunto, e o que foi dito pela senhora Deputada  
parece fazer todo o sentido. -----

**Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** relativamente à recomendação do Grupo Municipal do IL,  
independentemente do articulado da recomendação que, acredita ter algumas imprecisões o Grupo  
Municipal do CH era a favor. De facto, a gravação e a transmissão, tendo já o Parecer que lhes foi enviado,  
35 de facto, esclarecia que não era obrigatória a transmissão, mas compreende alguns requisitos legais e podia  
passar a ser, de facto um modus operandi, não vendo porque não se pudesse avançar nesse sentido, e,  
considerava que a Assembleia e o Município em si teriam a ganhar com a Gravação e Transmissão online.---

5 **Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** referiu, entre outros, que efetivamente o título daquela Lei se intitulava “Medidas e Exceções Temporárias (...)”, naturalmente que as referidas medidas foram sucessivamente vindas a ser revogadas. Que existiam 4 princípios de interpretação da Lei e entendia que houvesse um parecer, mas na visão jurídica da IL, esse parecer estava errado. -----

10 **Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** relativamente à recomendação do Grupo Municipal do IL, era aceitável que se discutisse se deve gravar, a discussão que deveria ser feita. A reboco da mesma, a lei que evocava para além de ser de caráter temporário e, portanto, de se ter extinguido, o legislador teve como intenco permitir, pelas razões da pandemia, durante esse tempo e apenas durante o período em que não era possível realizar as reuniões presenciais, arranjar uma alternativa para que quem quisesse assistir e não sendo deputado,  Assembleia Municipal pudesse assistir. Não conseguia perceber qual era a dvida do  
15 Senhor deputado e, portanto, achava muito bem se queria fazer essa discussão, era legítimo. Considerava inquietante que se deixasse na dvida que a Câmara Municipal e/ou a Assembleia Municipal estivessem de alguma forma a incumprir a lei e que pudessem ter posto as suas deliberações em causa. Deixou ainda algumas considerações quanto  intervenção do senhor Deputado do IL. -----

20 **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Azevedo**, sobre a proposta do BE, disse ter sido com agrado que ouviu o senhor deputado ler os considerandos, era sinal do trabalho que o executivo estava a fazer. Falou do voto de congratulação, de louvor pelo que é o trabalho do executivo. Relativamente à existência das Comissões, tal como dizia a senhora deputada Paula Baptista, creio que estariam a esvaziar a Assembleia se criassem comissões eventuais para acompanhar alguns projetos. Do ponto de vista da eficácia seria quase nulo, do ponto de vista da participação, teria que ser feita ali na Assembleia Municipal. Pela  
25 terceira vez consecutiva vinha à assembleia Informação do Presidente e que não dava origem a nenhum tipo de intervenção. Era feito um trabalho exaustivo dando nota, quer dos grandes dossiers, quer dos mais pequenos, sobretudo os senhores deputados tinham toda a informação sempre que havia uma assembleia. Relativamente ao PDM disse que aquelas que eram as grandes obras, existia uma comissão de acompanhamento, da qual a senhora Deputada Paula Baptista fazia parte, efetivamente não tinham reunido  
30 com regularidade pretendida, não por responsabilidade deste executivo, mas porque aguardavam pareceres de entidades externas. Considerava, que este tipo de comissões de que falavam deixava a assembleia um bocadinho “esvaziada”, mas ficava  consideração da Assembleia. -----

35 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou  votação um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “Pelo falecimento de Manuel Gil Marques de S Gomes”.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

5 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “Pelas vítimas na Turquia e na Síria”, com respetivo minuto de silêncio.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

De seguida prestou-se um minuto de silêncio pelas vítimas na Turquia e na Síria.-----

10

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, “Pela recente Constituição de um Gabinete em Bruxelas, da Área Metropolitana do Porto”.-----

15 Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia, 05 do PSD, 01 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção do IL.-----

20 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação uma Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, “Criação de Comissão eventual de Acompanhamento das Obras Estruturantes no Concelho de Vila Nova de Gaia”.-----

Votação: Rejeitado por Maioria, com 35 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 09 votos a favor (05 do PSD, 02 do BE, 01 do CH e 01 do IL) e 02 abstenções (01 do CDS e 01 do PAN).-----

25 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação um Voto de Recomendação, apresentado pelo Grupo Municipal do IL, “Gravação e Colocação à Disposição do Público das Sessões Municipais da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia”.-----

30 Votação: Rejeitado por Maioria com 35 votos contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS e 02 da CDU), 05 votos a favor (02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CDS).-----

Foi entregue uma Declaração de Voto, pelo Grupo Municipal do BE, relativamente ao Voto de Recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do IL, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).

5 **O Senhor Presidente da Mesa** perante pedido de intervenção da senhora Deputada Paula Baptista, referiu, não ter chegado à Mesa. Por princípio as intervenções eram sinalizadas à Mesa, existia um guião para que não haja falhas, a CDU deve apenas sinalizar que pretende fazer intervenção. -----

10 **Ponto 4.1 - da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à 1ª Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal Aprovado para o Ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro”**. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.1. -----

15 **Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS, 02 do BE, 01 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL)**. -----

20 **Ponto 4.2 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento, nos termos do nº 1, do artigo 9º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 03 de setembro, para as Áreas de Academia da Atividade Física, Oficina da Música, Expressão Musical, Laboratório da Criatividade e Oficina da Animação”**.-----

25 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2. -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade**. -----

30 **Ponto 4.3 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Proposta de Abertura do Concurso Público para a Concessão da Conceção, Construção e Exploração do Centro Funerário e Crematório de Vila Nova de Gaia, em cumprimento da alínea p), do nº 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e Autorizar a Câmara Municipal a Celebrar o Presente Contrato de Concessão e a fixar as Respetivas Condições Gerais”**. -----



5 **Senhor Deputado Jorge Espanhol (CDS-PP)** relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, referiu que aquela infraestrutura iria complementar e dignificar o Concelho de Vila Nova de Gaia, dignificando a própria vida perante a morte e contribuindo para o respeito pela diversidade cultural e religiosa, pelo que o Grupo Municipal do CDS-PP iria votar favoravelmente, contudo, deixavam algumas questões que pretendiam ver respondidas, nomeadamente, se o núcleo habitacional proposto para esse mesmo local e na envolvente,  
10 ainda seria executado, conforme documento em anexo (Vide anexo nº7). -----

**Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD)** disse que a par da posição assumida em Reunião de Câmara Municipal pelos Vereadores do PSD, o Grupo Municipal também iria acompanhar a Proposta. Disse, que aquele equipamento viria colmatar uma necessidade cada vez mais premente dos Gaienses. A terminar, tal como dizia o próprio documento de suporte de deliberação, era imperativo que estivessem asseguradas  
15 todas as garantias, quer do ponto de vista da incorporação de inovação tecnológica, da comunicação, da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental, conforme documento em anexo (Vide anexo nº8).----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canelas, Arménio Costa,** na sua intervenção, teceu diversos comentários relativos ao Centro Funerário e Crematório, ponto em discussão, deixando o agradecimento pessoal por mais um equipamento de relevo em Vila Nova de Gaia, que iria dar dignidade a um tema tão  
20 sensível, conforme documento em anexo (Vide anexo nº9).-----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** Em 1º lugar, agradeceu as palavras de todos. Disse, estarmos perante um crematório de última geração, um equipamento absolutamente nobre, com um enquadramento paisagístico e com o respeito pelas regras ambientais que iria muito além daquilo que eram os normativos existentes. O que devia ser relevado porque se poderia perguntar porque é que um  
25 equipamento daqueles podia ser rentabilizado, pelo município numa lógica de concessão, porque é que não tinha uma renda tão significativa como todos nós podíamos gostar. De facto, a renda que resultaria da concessão, dependeria muito da exigência que fizéssemos num investimento e, quando exigência no investimento é forte, inevitavelmente, a renda tende a diminuir. O investimento inicial é igualmente forte, portanto, aquilo que foi feito foi porque toda a prioridade na qualidade do equipamento, na inserção  
30 paisagística, na envolvente do ponto de vista das regras ambientais, diria mesmo que foram completamente ignoradas, porque foram completamente ultrapassados. Deixou ainda diversos esclarecimentos, nomeadamente, de ordem técnica relativos ao ponto em discussão. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à  
35 votação o Ponto 4.3.**-----

**Votação: Aprovado por Unanimidade**-----

5

**Ponto 4.4. - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município, da Parcela de Terreno com área de 591 m<sup>2</sup>, Denominada Largo de S. Cristóvão de Mafamude, da União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, que confronta do norte com Auditório, do sul com Domínio Público(passeio) e Rua Raimundo de Carvalho, do nascente com Paróquia de S. Cristóvão de Mafamude (Igreja e Adro) e do poente com Domínio Público, estando Omissa à Matriz Predial e na Conservatória do Registo Predial, por pertencer ao Domínio Público” -----**

10

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.4.-----**

15

**Votação: Aprovado por Unanimidade.-----**

**Ponto 4.5 - “Debate sobre a Habitação no Concelho de Vila Nova de Gaia, solicitado pelo Grupo Municipal da CDU”.-----**

20

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)** o ponto extraordinário desta Assembleia Municipal foi solicitado pela CDU para discutir e votar as propostas que visam defender todos aqueles que enfrentam o problema da falta de habitação seja pela subida executável dos preços e até a ameaça da perderem, ou por outro lado criando condições para o acesso à habitação. De seguida, apresentou uma Proposta para fazer cumprir em Gaia e no País o Direito Constitucional à Habitação Digna, pois, senhores deputados é fundamental garantir o acesso à habitação e proteger a habitação para que ninguém fique sem casa, conforme documento em anexo (Vide anexo nº10). Apresentou, igualmente, uma Proposta de Recomendação pela Efetivação dos instrumentos previstos na Lei de Bases da habitação: Cartas Municipais de habitação e Conselho Municipal de Habitação, entre outros conforme documento em anexo (Vide anexo nº11). Apesar de simbólica, a data apontada, o 25 de Abril, também era mais que simbólico e necessário que nos 50 de Abril se fizesse cumprir o direito à habitação digna para as suas famílias documento em anexo (Vide anexo nº12).-----

25

30

**Senhor Deputado Gonçalo Pinto (IL)** referiu, nessa matéria não poder comentar muito no sentido em que foram publicadas e anunciadas, pelo primeiro-ministro português, medidas no pacote de apoio à habitação em Portugal e, naturalmente nesse aspeto a autarquia tinha de estar adstrita ao princípio da legalidade e naquilo que eram as Grandes Opções do Plano, do executivo central. Claro que haveria sempre margem de manobra, dentro daquilo que era a esfera de atuação da autarquia e nesse aspeto a IL elaborou um Voto de Recomendação que será discutido, em princípio, na próxima sessão extraordinária e que incide

35

5 particularmente sobre o processo de licenciamento urbanístico em Vila Nova de Gaia, no sentido em que poderia ser favorecido em algumas matérias nomeadamente na taxa do município. Por último, disse que o grupo municipal do IL não acompanharia as propostas. -----

**Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** disse que a falta de habitação em Portugal tornou-se uma questão estrutural por incúria dos sucessivos Governos. A ausência de oferta tinha provocado a subida galopante dos  
10 preços casa, tanto para arrendar como para comprar, uma vez que a referida oferta era bem inferior à procura existente em todo o país entre 2011 e 2021. Neste cenário não esquecer que, desde 2015, o PS governa o país, com 6 anos de apoio do BE e da CDU, em 2021, onde estava a se a preocupação da CDU pela habitação durante esse período. Foram 6 anos de geringonça e maioria absoluta. Na impossibilidade de comprar ou arrendar uma casa adequada ao número de pessoas que nela vão residir, cada vez mais famílias  
15 na última década optaram por casas mais pequenas e, por vezes mais baratas. Disse, que os grandes problemas do PRH é que afunila as soluções para habitação no chamado “parque público”. Para concluir, a resolução do problema da habitação passa inevitavelmente por uma intervenção ampla, do ponto de vista central e local no sentido de, para além da oferta pública, importante para os casos mais dramáticos de carência económica, estimular a oferta privada para colocar habitações no mercado seja para a compra ou o  
20 arrendamento, promover uma política fiscal justa, equilibrada, competitiva no domínio da habitação, simplificar e reduzir a excessiva morosidade dos processos de licenciamento, assim como as taxas associadas, tornar a justiça célere na resolução de litígios relacionadas com a habitação, ou por exemplo, as medidas apresentadas pelo chega na Assembleia da República, no sentido da criação do programa de apoio aos jovens para a compra de habitação própria permanente com juro bonificado, são algumas das medidas que poderão  
25 transformar, de facto, panorama habitacional do país e do concelho.-----

**Pedido de Esclarecimento Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** disse fazer um esclarecimento, pois, ficou um pouco confuso e, não deve ter sido o único. A pedido da CDU, estavam a organizar um debate sobre o problema de habitação de Vila Nova de Gaia, não tendo ouvido uma única proposta da parte do Grupo Municipal do CH, é verdade que não foi o único, infelizmente, não tiveram grandes propostas,  
30 gostariam de perceber o que era proposto para Vila Nova de Gaia, já que não ouviram nada para o Concelho. Fez considerações muito genéricas sobre a habitação em Portugal. Obviamente, não estavam limitados à discussão de política nacional na Assembleia Municipal, mas pelo menos consideração, por aquilo que os fez ser eleitos para aquela assembleia. Disse, não ter conseguido perceber e, pedia que o esclarecesse sobre o que pretendia ao dizer, só há uma solução que é acelerar o mercado e, ao mesmo tempo dizer, o Estado tem  
35 responsabilidade e portanto o Estado tem de fazer mais. Disse, ter ficado sem perceber se o Estado precisava de investir e construir casas, ou se tinha de arranjar benefícios fiscais para os promotores privados aumentarem o número de casas no país. Teceu ainda alguns comentários relativamente á temática da

5 habitação. Portanto, considerava que a bem de elevação que o debate exigia, esclarecesse sobre qual era, de facto, a posição do partido sobre o tema, sobre o que quer para habitação em Vila Nova de Gaia. -----

**Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** passou a explicar que o problema da habitação era um problema que ia muito para além do poder local dos municípios. O que o Governo fez, numa autêntica violação contra o direito de propriedade, o privado e provavelmente seria inconstitucional. -----

10 **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Canidelo, Maria José Gamboa** disse passar uma reflexão, saída da experiência da Junta de Freguesia, de um território, de um lugar e de uma circunstância em que o direito à habitação surge exatamente com a dignidade, integrar a história das pessoas, quer ao nível social quer ao nível cultural e por isso ter direito à habitação, pode e deve ser entendido também como um direito ao lugar, a que se pertence e neste entendimento, o arrendar uma casa significa, pode significar também, o

15 estabelecimento de uma relação com o território escolhido, que se pretende duradoura, confirmada pelo tempo como uma relação de pertença, favorecedora de sentimentos da comunidade a que regularmente se associa a segurança e o bem-estar. Faz então sentido que na abordagem que a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia faz ao direito à habitação tenha dedicado particular atenção ao arrendamento valorizando a

20 teia de suportes fundamentais, como, por exemplo, quando se tem filhos pequenos e dependentes, quando a mobilidade significa uma mais valia nos acessos ao trabalho, à escola e também ao lazer, é o que tem vindo acontecer, nomeadamente, o “passe único” como instrumento de enorme importância no concretizar do acesso ao direito à habitação. Teceu, diversos considerandos relativamente à temática em discussão, como por exemplo a aposta do Município no apoio ao arrendamento criando um programa municipal deste 2017 e que tem impossibilitado o apoio financeiro às famílias. Aproveitava para cumprimentar o grupo municipal da CDU, pela iniciativa do debate, em Portugal acordou-se um pouco para este debate e, curiosamente, no

25 tempo coincidente, é assim e tem sido assim que em Gaia se cumprem direitos humanos-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avintes, Cipriano Castro** referiu, que enquanto presidente da Junta de Freguesia de Avintes gostaria de deixar algumas considerações, que pareciam poder contribuir para o debate, falar do programa arrendamento acessível, da reabilitação urbana do espaço público e o edificado

30 das zonas históricas. No caso concreto, Avintes, a RE funcionalização das antigas escolas primárias, convertidas no centro de inclusão social e no infantário, criaram postos de trabalho para estas zonas que agora ficam completadas com a reabilitação das casas e em breve novos moradores aí iram residir, conforme documento em anexo (Vide anexo nº13). -----

**Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** disse que o debate municipal sobre a habitação, por coincidência ou não, acompanhava a discussão que o país tem feito, nos últimos dias sobre a mesma temática. Falar sobre políticas de habitação ou de estratégia para a habitação não podia ficar circunscrito ao que são as realizações do Estado ou aquilo que os cidadãos reclamam do município, ao nível das políticas de habitação social

5 porque, caso contrário, poder-se-ia estar a tratar apenas de medidas meramente conjunturais ou de  
propostas de carácter assistencial. Discutir a habitação, sobretudo ao nível das autarquias locais deveria  
constituir um desígnio do município, tal e qual a educação a saúde ou a ou da ação social sendo algumas e  
sem preconceitos ideológicos, porque estas matérias, no princípio e no fim são intrinsecamente do interesse  
público. Deixou, ainda, diversas considerações e questões, conforme documento em anexo (Vide anexo  
10 nº14). -----

**Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** disse que o senhor Deputado  
começou de uma forma genérica, do ponto de vista ideológica afirmando não ser o problema da habitação  
se resolva só com o Estado, mas também não com um mercado totalmente desregulada, isso é positivo. O  
PS também considera que para se resolver o problema concreto da habitação neste momento, no município,  
15 por razões que não têm a ver com a questão ideológica, simplesmente com observação da realidade,  
entendem que o parque habitacional público é a grande solução para o problema da habitação, mas têm s a  
consciência de que se constroem cerca de 55.000 casas em Portugal por ano não é possível, esperamos  
eternamente entregar casas, temos um parque habitacional público de 2% e que se demoraria para chegar  
a 5% necessitaríamos de chegar às 170.000 habitações públicas, o que demora tempo. São necessários um  
20 conjunto de soluções que de alguma forma possam ajudar, por um lado, a fomentar as aquisições públicas,  
a construção de habitação pública, como está previsto, quer do ponto de vista estatal, com a programação  
dos fundos do PRR, e concretamente em Vila Nova de Gaia, com a Estratégia Local de Habitação, mas também  
é preciso recorrer a outras soluções, nomeadamente, à contratação de casas existentes no mercado privado,  
a novos incentivos ao arrendamento. Quando o senhor Deputado passou à segunda fase, sobre quais eram  
25 os propostos do PSD, a estratégia concreta do PSD pareceu um bocadinho menos clara, quando fala na  
grande solução para o problema da habitação, como uma das propostas do programa eleitoral do PSD, temos  
de alguma maneira tentar perceber o que é que isso significa do ponto de vista concreto e o que de forma  
concreta, em Vila Nova de Gaia se podem operacionalizar se podem operacionalizar conceitos como o da  
“Cidade em 15 minutos”. Em Vila Nova de Gaia, desde 2013 para cá, felizmente temos cada vez mais, uma  
30 cidade que tem proximidade de serviços, tem possibilidade de usufruto do espaço público, melhores  
acessibilidades, que tem procurado, com um conjunto de medidas interessantes, nomeadamente o ponto de  
vista de mobilidade, fomentar a possibilidade de utilização de transporte público, mas nós continuamos a ter  
um problema que não conseguimos resolver a não ser que seja por intervenção do Estado, mas de uma forma  
que, se calhar nem os senhores deputados desejam. Deixou ainda diversos considerandos à intervenção do  
35 senhor Deputado que o precedeu, reforçando a questão, do que faria de diferente, em concreto nas questões  
da Habitação. -----

**Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** respondeu ao senhor deputado, referindo que na 2ª parte da  
intervenção apontou algumas medidas que o PSD defendia e tinha apresentado. uma série de medidas quer

5 na Câmara Municipal quer nesta Assembleia Municipal, por exemplo, na discussão da última Assembleia  
Municipal em que mencionamos, no caso das ARU's, que poderia ter havido um aproveitamento para a  
existência de uma discriminação positiva para as áreas mais periféricas do Concelho, é a opinião do PSD.  
Disse, haver uma série de medidas, conforme o documento que deixou na mesa. Solicita que, quando as  
interpeleções fossem feitas, deviam ser com questões mais objetivas, perguntando ao senhor deputado, qual  
10 a sua opinião da política para município de Vila Nova de Gaia, sobre a habitação. -----

**Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** disse ter ficado com quase todas as mesmas dúvidas, apesar  
do senhor deputado ter sido um pouco mais preciso na sua explicação. Apresentou as 2 propostas sobre IMI  
e ARU's, agora mais concretas. Um dos problemas quando se tenta desenhar políticas públicas, é que para o  
fazer e resolver o problema concreto, tem que se identificar o problema e, portanto, quando fala sobre a  
15 necessidade, por exemplo, de procurar terrenos onde o preço seja mais baixo ou zonas que estão mais  
afastadas do centro urbano de Vila Nova de Gaia, porque são esses que, neste momento enfrentam menor  
pressão urbanística, não bate certo com os dados que se tem e que indicam, por exemplo, que os novos  
processos para habitação, discriminados por freguesia, nos dão Arcozelo, Serzedo e Perosinho, excepcionando  
caso de Canidelo que é de facto a freguesia que neste momento sofre essa pressão, olhamos para a realidade  
20 concreta do município de Vila Nova de Gaia e dizermos, se calhar, discriminadas a discriminar as ARU's para  
favorecer as zonas que, segundo o senhor deputado, são mais do Interior e que tem menos pressão  
urbanística nós vamos em concreto que a realidade não essa. Quando se tenta esmiuçar a proposta do PSD,  
afinal, a "Cidade 15 minutos" é um benefício fiscal, percebe que essa seja a perspetiva do PSD. Percebeu, no  
fim, afinal depois daquela conversa toda sobre o Estado e o mercado, as ideias do PSD não são muito  
25 diferentes do CH e da IL. Concretamente, e dado que não respondeu, utilizou na intervenção o conceito da  
"cidade 15m", não tendo explicado em concreto de que forma é resolvia o problema da habitação e o PSD  
com esse conceito revolucionário de cidade conseguia resolver os nossos problemas. -----

**Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** disse ter mencionado a "Cidade dos 15 minutos" porque era uma  
ideia em que cabe tudo, a habitação, mas também empresas, por exemplo, o papel da INOVAGAIA, que  
30 deveríamos todos pensar o que está aqui a fazer, isto também é uma resposta para a "Cidade dos 15  
minutos". Disse que, algumas coisas que o PS tem feito e o PSD tem acompanhado, ao nível da área da  
educação, que fazem sentido e, corrigindo erros do passado. Disse, que agora sim, "Cidade 15 minutos" nos  
centros de Vila Nova de Gaia já é possível. Têm sido dados passos importantes, portanto, se há muito a  
construir isto é verdade para a parte da habitação, porque muitos dos prédios devolutos que existem neste  
35 Conselho, têm simplesmente a ver com isto, é impensável, é impossível que as pessoas mantenham nos  
lugares que nasceram, quando moram 30 a 40 minutos a chegar aos postos de trabalho. -----

**Senhora Deputada Luísa Silva (BE)** referiu estar-se perante um problema de habitação, que não é novo em  
Portugal. Portugal não tem tido uma política habitacional há já várias décadas e isso reflete-se, embora

5 atualmente, esteja muito acentuado por razões circunstanciais. Portugal, tem sobretudo proprietários, nas  
últimas décadas, iam sendo empurrados, para pedir crédito e comprar habitação. O que hoje se tem, é  
também reflexo disso e está acentuado, está muitíssimo agravado, por várias questões, têm de ver quer com  
o forte agravamento das desigualdades, nas últimas 2 a 3 décadas e, mais recentemente com a forte pressão  
do Turismo e, é este o melhor exemplo de que este é o vetor que parece associado ao problema da habitação,  
10 embora não o seja só. O BE tem acompanhado e tem apreciado as opções e as decisões que o Executivo tem  
tomado em matéria de Habitação, nomeadamente, quanto a requalificação, de reabilitação, de apoio ao  
arrendamento, portanto, em relação a isso, e aliás o debate que a CDU aqui trouxe não pôs nada disso em  
causa. Relativamente às propostas da CDU, estão genericamente de acordo pois de uma forma gera  
coincidem com as propostas do BE em relação ao problema habitacional, nomeadamente no que diz respeito,  
15 a destinar uma percentagem das novas construções para habitação acessível. Uma outra questão que já aqui  
se falou e pela qual se continua a debater, o município no seu orçamento, uma fatia de orçamento  
relativamente modesta, deveria todos os anos guardar uma fatia do seu orçamento para construção de  
habitação municipal, uma política de construção de habitação municipal, de habitação pública neste país,  
passar dos tais 2% progressivamente, para uma percentagem maior e de certa forma, por aquilo que isso  
20 representa das condições e das facilidades são as pessoas. Neste momento, a possibilidade de haver verbas  
especiais para resolver muitos dos ou é, mas temos de pensar que isso não se vai meter anualmente e a e vai  
ser preciso continuar a investir na construção de habitação pública. Outra questão que também traria para  
aqui, penso que já foi não sei em que também falou nela que é o criar condições vantajosas isto a nível  
municipal também é uma questão que se pode pensar criar condições vantajosas a quem. A quem vive a  
25 quem se proponha reabilitar construções devolutas e/ou em ruínas quase ou prontas para esperar pela ruína  
para depois poderem ser tidas desde que elas sejam orientadas depois para uma da habitação não tenho  
bem presente. Hoje, ouvi algumas das propostas feitas pelo Governo, considera que a nível nacional já houve  
propostas apresentadas, nesse sentido, é algo que a nível municipal se poderia pensar. -----

**Senhor Deputado André Araújo (CDU)** relativamente à intervenção da IL, disse que eram um sucedâneo do  
30 PSD, que registado que foi isso disse e, aliás, como o senhor deputado do PS também referiu a verdade é que  
há um alinhamento a nível nacional. Disse, alguém do PSD referiu que resolve o problema da habitação com  
mais mercado. Temos mais de 30 anos em que os problemas e as soluções para habitação foram a  
liberalização do mercado e após os resultados da análise destes 30 anos, dizem que é preciso liberalizar ainda  
mais. Relativamente ao CH, percebe as suas preocupações, e esqueceu-se que o Governo ameaçou ir abaixo  
35 com as manifestações dos 9 anos. No essencial, no que diz respeito, designadamente na Assembleia da  
República às questões dos lucros dos bancos, às questões da iniciativa pública ou de vista da construção de  
habitação, propostas do PCP na Assembleia da República designadamente pelo aumento da oferta pública  
de 2026, linhas de crédito a taxa reduzida da Caixa Geral de Depósitos, entre outros, depois votam junto do



5 PS contra as propostas do PCP. A CDU, apresentou aqui uma série de propostas para o município, naturalmente, mas as referências nacionais devem fazer parte da reflexão municipal. -----

**Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** disse que independentemente das opiniões ideológicas que cada um tem, estávamos a falar de habitação e se o senhor deputado, sabia o que era o PER, e que por acaso, tinha sido um partido de direita que apresentou esse programa. Disse lamentar, que na altura da Troika as  
10 sugestões do PCP, não tenham servido de negociação para dar a mão ao PS na negociação. Considera lamentável, porque é obrigado a concordar com o com o senhor deputado do CH, parece que agora do nada, há um problema da habitação e a culpa não é do PCP, com os professores igual. O PSD não é a favor de nenhum mercado livre de habitação, aliás, a intervenção que fez foi nesse sentido, há medidas diferentes para soluções diferentes, e isto foi tudo muito claro, agora, repete o PER foi feito pelo Partido de Centro-  
15 Direita.-----

**Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** disse que as perguntas que pretendia fazer eram anteriores a o momento, mas faziam parte. Aceitando o desafio que do senhor deputado da CDU, relativamente às propostas que fez, começou por fazer uma reflexão para depois ir às perguntas concretas para percebermos melhor o alcance das propostas. Todos os que acompanharam o debate sabem que foi uma coincidência, a  
20 marcação do debate para o dia de hoje, com as propostas que foram apresentadas pelo Governo. O projeto do PS tem também a habitação como um problema a que quer dar atenção, hoje, é um bom dia para se falar disso. Eventualmente também não queria deixar de falar sobre isso, para um partido como a IL que fala do mérito e de meritocracia, a questão em si não vai com surpresas, vai com propostas e nesse aspeto o PS junta-se também às palavras da senhora presidente de junta de Canidelo a saudar a CDU por esta iniciativa,  
25 o Governo hoje apresentou sobretudo 5 grandes ideias mais casas mais arrendamento, um a ciência, licenciamento mais ágil mais proteção à família menos especulação. Muitas destas medidas, muitas destas ideias são já a ação concreta em Vila Nova de Gaia, como muitos aqui reconheceram. Gostaria de perceber o que fariam diferente, o debate, creio que tem mostrado que não há muitas alternativas àquilo que tem sido feito por este executivo, não há muitas propostas diferentes e excetuando aquilo que a CDU apresentou  
30 no seu documento e sobre as quais, nomeadamente, para além do Conselho local de habitação e da revisão dos regulamentos, tirando essa dimensão mais conceptual, mais de caráter político no sentido da reflexão, as propostas em concreto de que modo é que as veem implementadas em Vila Nova de Gaia. Pareceu que o Conselho local de habitação, a elaboração da carta, a revisão do regulamento, parecem ser ideias que fazem algum sentido, no entanto, não ficou claro, de que modo é que perante a realidade que nós temos como é  
35 que a CDU, nomeadamente, num conjunto de propostas que fizeram, perante aquilo que conhecem do território, poderiam ser feitas por este executivo. Neste momento, considerando aquilo que é possível fazer do ponto de vista municipal, porque podem aparecer aqui ideias excelentes, mas que não são de alcance municipal.-----



5 **Senhor Deputado André Araújo (CDU)** conforme referiu na intervenção inicial e relativamente à intervenção da senhora deputada, Luísa Ferreira da Silva, estão juntos na luta por mais habitação. No sentido da cautela que a CDU ter expressado de que isto é uma responsabilidade do Estado Central, estas 4 propostas que estamos a referir, da Habitação em Gaia, certo de que outras são as questões da Lei de Bases da habitação, portanto, o Conselho Municipal, como a questão das cartas e regista também a posição do PS sobre essa  
10 matéria, e também a questão do Regulamento, portanto, essa cautela, é importante dizê-la e também reconhecimento das Propostas. Estas Propostas não são uma questão de fazer diferente, mas sim o que se pode fazer mais. Na sua intervenção venceu mais uma vez os pressupostos das 4 Propostas da CDU, relativamente à questão da habitação. -----

**O Senhor Presidente da Mesa** agradeceu ao senhor deputado, dando a palavra ao senhor Presidente da  
15 Câmara Municipal, não havendo mais nenhuma interpelação por parte dos senhores Deputados -----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** disse que relativamente à questão que em discussão, cumprimentando a CDU pela abordagem ao tema, e tem de ser visto com humildade de quem não pode parecer, ter feito esta abordagem desde há muito tempo. Lembrou que analisados os programas eleitorais, por exemplo da IL ou do CH, de 2019, no caso do CH, o número de vezes que a palavra habitação,  
20 aparece no programa eleitoral, números redondos 0 vezes e, no caso da IL, números redondos é exatamente 7 vezes em 2019. Portanto, era bom que se tivesse a humildade de lembrar que o tema da habitação, é um tema que surgiu desta forma lancinante nos pós pandemia, não tínhamos um problema de rendas radicalmente pesadas como temos hoje, antes da pandemia. Não tínhamos um problema de grande discussão de habitação, antes da pandemia, porque a taxa de juro permitia que a maior parte das pessoas  
25 que necessitavam de habitação própria, se socorressem da banca e, portanto, aquilo que era evidente e que do meu ponto de vista, um dia tem de ser discutido numa perspetiva histórica, já se viu que numa perspetiva ideológica, leva sempre à velha dicotomia entre o proprietário e o inquilino. Aquilo que hoje parece evidente, é que aqueles que beneficiaram nos finais dos anos 80 e na década de 90, do modelo de crédito bonificado à habitação, transformaram o país num dos países mais proprietários da Europa, mas essa propriedade é  
30 uma propriedade, inquilinato da Banca, que deixa tão só às classes médias portuguesas, a oportunidade de um legado/herança que significa basicamente a casa e o carro já envelhecido, deixado aos filhos. A abordagem comparativa, é sempre legítima, porque todas as comparações são legítimas, mas tem de ser rigorosa quando as comparações podem, de facto, ser comparáveis e não estamos a fazer, em vez de uma comparação, apenas a procura de uma qualquer equiparação. Focou alguns exemplos, nomeadamente,  
35 sendo um instrumento de complemento dos baixos salários que se tinha que foi de alguma forma suplementarmente “cozido” pelo crédito bonificado, forma que o Estado teve de alocar recursos públicos às classes médias, uma vez que os vencimentos não subiam ao nível dos ordenados europeus. Disse ter dificuldade em designar o PER como um programa de habitação, na verdade, o PER não foi tanto um

5 programa de habitação, foi um programa e erradicação de barracas, que se desenrolou exclusivamente nas  
duas Áreas Metropolitanas, e não no país como um todo. Teceu ainda alguns esclarecimentos relativamente  
a esta temática. Disse, que dos erros estruturais dos anos 90, dá-se conta, no século XXI que nos queremos  
comparar a outros países nórdicos como a Suécia ou a Finlândia que têm políticas de habitação pública desde  
o pós II Guerra Mundial. Demonstração disso mesmo é que se pudermos recuar meia dúzia de anos, pode-  
10 se ver que o PT 2020, o quadro comunitário que agora está a terminar, foi integralmente desenhado por um  
governo do PSD/CDS, alocou a extraordinária verba de 0 euros à habitação, não significa que o PSD/CDS se  
preocupasse com o problema significa que, temos de ter humildade, reconhecer que o problema se tornou  
de emergência social há relativamente pouco tempo. Em 2001/2022 a IL, surpresa extraordinária,  
relativamente à questão da Habitação, faz propostas absolutamente estruturantes que vemos que mudam  
15 radicalmente o panorama da habitação no nosso país. Quais são as propostas? Inacreditável que até hoje  
nenhum Governo tenha a conseguido perceber a profundidade das propostas da IL. Primeira proposta,  
criação de um portal na Internet, para identificar imóveis. Segunda proposta, permitir as periferias,  
desconhece a que periferia se está a referir, que não há ninguém seguramente permitir construção em altura  
e acabar o fundamentalismo da demolição foi na não demolição de fachadas possibilitando assim demolir  
20 fachadas para não fazer reabilitação, portanto, a construção em altura na periferia. Eu não sei se estava a  
referir-se a Gaia, uma periferia do Porto. Sandim com periferia, de Gaia, a Santa Maria da Feira, a periferia  
da área Metropolitana a Mogadouro, uma periferia da região Norte. O tipo de requisito que hoje temos é  
diferente daquele que nós tínhamos a cidade não mudou apenas a nossa atenção, mudou também o tipo de  
problemas. Tínhamos pedido de habitação feitos para estruturas familiares tradicionais e construímos nessa  
25 base um modelo de arrendamento que vínhamos há anos na década de 90 e agora, o que nós temos e mais  
de 50% de pedidos que correspondem a monoparentalidade que correspondem a famílias destruídas no  
sentido da família tradicional, e isto interpela-nos de vários pontos. Verteu ainda diversos esclarecimentos  
sobre a temática da habitação, e a terminar disse considerar a política de habitação, inquestionável, e uma  
prioridade para o município, com a mesma humildade, diria que é uma prioridade maior. -----

30

**Foi realizado o “Debate sobre a Habitação no Concelho de Vila Nova de Gaia, solicitado pelo Grupo Municipal da CDU”, referente ao Ponto 4.5. da Ordem de Trabalhos, tendo sido votadas as seguintes Propostas apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU: -----**

35 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação “Pela efetivação dos instrumentos previstos na Lei de Bases da Habitação: Cartas Municipais de Habitação e Conselho Municipal de Habitação”.-----**

5 **Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (18 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 08 votos contra (05 do PSD, 01 do CDS, 01 do CH e 01 do IL).**-----

10 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Fazer cumprir em Gaia e no país o Direito Constitucional à Habitação Digna”.-----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (18 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 votos contra (05 do PSD, 01 do CH e 01 do IL) e 01 abstenção do CDS.**-----

15

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Pela Discussão do Regulamento Municipal para o Arrendamento de Habitações Sociais”.-----

20 **Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (18 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do CH e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CDS e 01 do IL).**-----

25 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta de Recomendação, “Pela Implementação de Respostas integradas ao problema da Habitação em Vila Nova de Gaia”.-----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (18 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 08 votos contra (05 do PSD, 01 do CDS, 01 do CH e 01 do IL).**-----

30 **O Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi aprovada por Unanimidade, conforme documento em anexo (Vide anexo nº15).**-----

35 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram uma hora e vinte e cinco minutos do dia dezassete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

5

A Primeira Secretária

---

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(Albino Pinto de Almeida)